



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Licitações e Contratos

PREGÃO ELETRÔNICO nº 08/2026

ESCLARECIMENTO 2

1. DA EXIGÊNCIA DE PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Conforme previsto no edital (itens 8.5.3 e 9.2.10), exige-se patrimônio líquido mínimo correspondente a 5% do valor estimado da contratação, considerando o valor global projetado para até 60 (sessenta) meses.

Considerando a natureza continuada do contrato e a diluição dos riscos ao longo do tempo, solicita-se:

a) Qual a justificativa técnica para utilização do valor global da contratação como base de cálculo da exigência de patrimônio líquido?

RESPOSTA: Inicialmente, registre-se que a exigência questionada está amparada pela literalidade do § 4º, Art. 69 da 14.133/2021, que estabelece: "*A Administração, nas compras para entrega futura e na execução de obras e serviços, poderá estabelecer no edital a exigência de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo equivalente a até 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.*" Como é de conhecimento dos potenciais licitantes, a contratação inicial de 5 anos e não anual.

A exigência prevista no Edital decorre das características específicas da contratação, que se configura como serviço continuado, com fornecimento de mão-de-obra e insumos, com execução por preço unitário e vigência de 60 meses, demandando da futura contratada capacidade econômico-financeira compatível com o volume potencial de execução ao longo de todo o período contratual.

Por se tratar de contratação sob demanda, **pode haver execução concentrada**, ou seja, o modelo adotado pode implicar em variações significativas no quantitativo de serviços executados. A empresa pode ter que executar grande volume de serviços de forma simultânea em períodos específicos, exigindo da contratada, condições financeiras suficientes para suportar tais oscilações, bem como assegurar a regularidade e a continuidade da prestação dos serviços.

b) Foi considerada a possibilidade de adoção de base proporcional (ex.: anual), mais aderente à realidade da execução contratual?

RESPOSTA: Em contratos contínuos de manutenção predial por demanda, **a execução financeira não é linear**, ao contrário de serviços contínuos com pagamento mensal fixo, contratos sem fornecimento de materiais, contratos sem grandes riscos financeiros ou contratos de mão de obra exclusiva. Pode haver grande volume de serviços em determinados períodos, exigindo da contratada capacidade financeira para aquisição de materiais, formação de estoque, pagamento de subcontratados e mobilização de equipes



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Licitações e Contratos

antes do recebimento das medições, razão pela qual a capacidade econômico-financeira deve ser compatível com o porte total da contratação e não apenas com o valor anual estimado.

Desta forma, a adoção do valor global estimado como base de cálculo mostra-se adequada, por representar o **limite máximo de exposição contratual da Administração**, sendo parâmetro legítimo para aferição da capacidade do licitante em suportar as obrigações assumidas.

Ademais, o percentual fixado (5%) revela-se moderado e compatível com a prática administrativa, não configurando exigência excessiva ou desarrazoada, estando compatível com o princípio da proporcionalidade. A legislação permite um percentual máximo de até (10%) do valor contratado (Lei 14.133/2021 - Art. 69 - § 4º), desta forma, **optou-se por um valor intermediário**.

2. DA PROPORCIONALIDADE E COMPETITIVIDADE

Nos termos do art. 69 da Lei nº 14.133/2021, a qualificação econômico-financeira deve ser exigida de forma proporcional ao objeto.

Adicionalmente, o art. 5º da referida lei estabelece os princípios da razoabilidade, isonomia e competitividade.

Diante disso, questiona-se:

a) Há estudo técnico que justifique a exigência no patamar atual, especialmente considerando seu impacto sobre a competitividade do certame?

RESPOSTA: Existe justificativa técnica constante do estudo técnico preliminar, disponibilizado no processo administrativo da contratação - Anexo 4. A exigência estabelecida não se mostra restritiva à competitividade, mas sim medida de prudência administrativa voltada a assegurar a adequada execução contratual, nos termos da Lei 14.133/21.

O percentual de patrimônio líquido mínimo foi fixado em 5% do valor estimado da contratação, **patamar inferior ao limite legal de 10%**, sendo adotado como critério razoável e proporcional ao porte e à complexidade dos serviços de manutenção predial, que envolvem fornecimento de materiais, subcontratações e necessidade de capital de giro, buscando-se, assim, maior garantia de continuidade e qualidade na prestação dos serviços, sem impor barreira indevida à participação de licitantes, em conformidade com o entendimento geral e legal de que as exigências de qualificação econômico-financeira devem ser compatíveis com os riscos e a dimensão da contratação.

b) A Administração avaliou o potencial efeito restritivo da exigência sobre empresas de menor porte ou em fase inicial de operação?

RESPOSTA: Importa destacar que a exigência estabelecida não tem por finalidade



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Licitações e Contratos

restringir a participação de empresas de menor porte ou em fase inicial de operação, **mas sim assegurar que a futura contratada possua capacidade econômico-financeira compatível com a execução do objeto**, considerando sua importância para o Órgão, sua complexidade e a natureza continuada dos serviços de manutenção predial.

Trata-se de requisito aplicado de forma isonômica a todos os licitantes, em conformidade com os princípios previstos no art. 5º da Lei 14.133/21, buscando-se garantir a adequada execução contratual e **evitar riscos de descontinuidade** dos serviços por insuficiência de capacidade financeira da contratada, não configurando, portanto, restrição indevida à competitividade, mas **medida proporcional e alinhada ao interesse público**.

3. DA NECESSIDADE DE ALTERNATIVIDADE NA COMPROVAÇÃO

Considerando que a legislação permite diferentes formas de comprovação da capacidade econômico-financeira, inclusive mediante garantias, e que o objetivo da exigência é mitigar riscos contratuais, solicita-se esclarecer:

a) Por qual razão o edital não prevê alternativa à exigência de patrimônio líquido mínimo, como, por exemplo, a apresentação de garantia de proposta ou outra forma de garantia compatível?

RESPOSTA: A garantia de proposta prevista no art. 58 da Lei nº 14.133/21 **não supre nem substitui a qualificação econômico-financeira exigida no Edital** com base no art. 69. Trata-se de institutos com naturezas e finalidades distintas: enquanto a exigência de patrimônio líquido mínimo visa demonstrar previamente a capacidade estrutural e a saúde financeira da licitante para suportar a execução do contrato, **a garantia de proposta** tem por objetivo proporcionar uma maior segurança para a Administração, evidenciando a seriedade da proposta apresentada.

b) A Administração considera admitir, como alternativa à comprovação de patrimônio líquido, a apresentação de garantia (caução, seguro-garantia ou fiança bancária), em observância ao princípio da competitividade?

RESPOSTA: O Edital, em seu item 8.5, estabelece as condições para a qualificação econômica e financeira das Licitantes, enumerando a documentação comprobatória. Ressalta-se que a garantia contratual (caução, seguro-garantia ou fiança bancária) **possui natureza distinta**, destinando-se a assegurar o cumprimento das obrigações contratuais após a contratação. Já a habilitação econômico-financeira tem por finalidade demonstrar previamente a capacidade da licitante de suportar os custos iniciais e os riscos financeiros da execução contratual.